

Estudo do setor de transporte aéreo do Brasil



**Diagnóstico e recomendações quanto à adequação das normas
legais do setor**

Brasília, 25 de janeiro de 2010

Metodologia (1/2)

- Nesta fase dos trabalhos foram diagnosticadas as principais lacunas e sobreposições de funções existentes nos instrumentos do vigente modelo jurídico-regulatório do setor aeroportuário.
- A análise do modelo jurídico-regulatório foi precedida de reuniões realizadas com representantes do Ministério da Defesa, da Secretaria de Aviação Civil – SAC, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, da McKinsey e de TozziniFreire.
- Nestas reuniões, a equipe de TozziniFreire identificou que a atual sistemática de interpretação do marco regulatório, adotada pela Procuradoria Geral da ANAC, baseia-se principalmente no disposto nas normas editadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Não havendo dúvidas acerca da autoridade competente, das normas de direito material ou procedimental aplicáveis ao caso, resolvem-se as demandas e conflitos sem que seja necessária consulta à legislação precedente. A legislação precedente é consultada apenas quando a legislação editada após 1988 não é suficiente para solucionar conflitos e demandas.
- Considerando o critério de interpretação adotado pela ANAC, a equipe de TozziniFreire optou por iniciar a análise das lacunas e sobreposições do modelo jurídico-regulatório do setor aeroportuário a partir das leis e decretos editados após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Na sequência, foram analisadas as lacunas e sobreposições existentes nas leis e decretos editados anteriormente a 1988.
- Na análise foram incluídas sobreposições que poderão ser avaliadas como casos de revogação tácita, mas que foram incluídas nos produtos finais para refletir a ausência da de revogação expressa da legislação mais antiga.

Metodologia (2/2)

- Identificadas as lacunas e sobreposições existentes nas leis e decretos, foram analisadas as lacunas e sobreposições existentes entre os atos administrativos editados pelos órgãos e entidades do setor aeroportuário. Os atos administrativos foram analisados entre si e em confronto com as leis e decretos.
- A análise das lacunas e sobreposições relacionadas aos atos administrativos foi realizada com base nos normativos editados até 30 de setembro de 2009 e disponibilizados na internet. Tendo em vista o caráter técnico dos atos administrativos, não foi realizada qualquer análise de mérito destes normativos. O escopo da análise envolveu a verificação da competência das autoridades que exararam os atos, bem como a identificação de lacunas e sobreposições.
- Foram consultados principalmente os portais de busca da Presidência da República, Senado Federal, ANAC e SAC. Além da consulta aos portais oficiais dos órgãos e entidades do setor aeroportuário, a equipe de TozziniFreire também realizou pesquisa temática com a ferramenta “Google”, com o objetivo de identificar leis, decretos e atos administrativos eventualmente vigentes e não disponíveis nos portais da Presidência da República, Senado Federal ou dos órgãos e entidades do setor aeroportuário. Também foram objeto da análise os atos administrativos disponibilizados à McKinsey pela Infraero, em mídia digital.
- Esta apresentação representa o produto final desta frente de trabalho, contemplando as lacunas e sobreposições diagnosticadas pela equipe de TozziniFreire quanto às atribuições e competências das autoridades do setor, direito material e direito procedimental. Além deste relatório, são disponibilizados à parte os documentos que precederam a sua elaboração que refletem a metodologia ora apresentada.
- **Este relatório limita-se à análise técnica-jurídica dos normativos mais importantes do setor, e não reflete nem o diagnóstico nem as recomendações quanto à boas práticas de governança, que são objeto de material distinto.**

Siglas e abreviaturas utilizadas neste documento

- **ANAC** Agência Nacional de Aviação Civil
- **CA** Comando da Aeronáutica
- **DAC** Departamento de Aviação Civil
- **MA** Ministério da Aeronáutica
- **MF** Ministério da Fazenda
- **MM** Ministério da Marinha
- **COTAC** Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil
- **CONAC** Conselho de Aviação Civil
- **CBA** Código Brasileiro de Aeronáutica

Conteúdo deste documento

- **Estrutura e atribuição de competências**


- Direito Material
- Procedimentos
- Conclusões e recomendações

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
Políticas e objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º e 21, do Decreto n. 52.693/63 e Art. 2º, da Lei n. 4.200/63 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, VI, do Decreto n. 3.564/00 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: Ao Ministério da Aeronáutica compete elaborar e rever o “Plano de Integração Nacional”, constituído de linhas aéreas domésticas comprovadamente deficitárias ou anti-econômicas, de alto interesse nacional. Ao CONAC compete estabelecer as diretrizes para a aplicabilidade do instituto da concessão ou permissão para exploração comercial de linhas aéreas. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 1º e 2º do Decreto n. 52.693/63 e do Art. 2º Lei 4.200/63. A Lei n. 4.200/63 deverá ser integralmente revogada, caso o modelo de exploração de rotas de baixa densidade de tráfego seja implementado.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 9º, 10, 17, 18 do Decreto n. 52.693/63 e Art. 4º e 14, da Lei n. 4.200/63 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, do Decreto n. 3.564/00 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: À Diretoria de Aeronáutica Civil, órgão do Ministério da Aeronáutica, compete fixar as subvenções a serem destinadas ao “Plano de Integração Nacional”. Ao CONAC compete aprovar as diretrizes de suplementação de recursos para linhas aéreas e aeroportos de interesse estratégico, econômico ou turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 9º, 10, 17, 18 do Decreto n. 52.693/63 e Art. 4º e 14 da Lei 4.200/63.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 3º, 4º, 7 a 22, 24 do Decreto n. 52.693/63 Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: Não há norma posterior que trate das competências previstas no Decreto, relativas à Rede de Integração Nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> O CONAC poderá sugerir ao Presidente da República que edite Decreto para que estabeleça as diretrizes para integração nacional do setor.

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
Políticas e objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º, alínea “c” e “d” do Decreto-Lei n. 9.888/46 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º do Decreto n. 3.564/00 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O Ministério da Aeronáutica é competente para orientar, desenvolver e coordenar a Aeronáutica Civil e Comercial, bem como coordenar e incentivar as indústrias aeronáuticas do país. O CONAC é a autoridade competente para assessorar o Presidente da República na formulação da política de aviação civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto-Lei 9.888/46.

Temas	Normas gerais promulgadas após 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
Infraestrutura aeroportuária	<ul style="list-style-type: none"> Art. 26, I, Anexo I, do Decreto n. 6.223/07 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 47, III da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, 5º, VIII, e 9º, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: Entre a ANAC e o Ministério da Defesa (assessorado pela SAC) acerca da competência de coordenação e supervisão de órgãos e entidades responsáveis pela infra-estrutura aeroportuária civil, como por exemplo, fiscalizar a Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do Decreto n. 6.223/07 para melhor detalhamento das atribuições de fiscalização do Ministério da Defesa em relação à ANAC e Infraero.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 4º e 7º da Lei n. 5.332/67 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, Art. 4º, XXI e XXII e Art. 15, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A legislação anterior a 1988 define que ao Ministério da Aeronáutica compete regulamentar o processamento dos contratos de arrendamento de áreas aeroportuárias. A legislação posterior, confere à ANAC a competência para regular, fiscalizar a exploração da infraestrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da Lei n. 5.332/67, de acordo com a Lei n. 11.182/05
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 12 do Decreto-Lei n. 270/67 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXIV da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXV, Anexo I, do Dec n. 5.731/06. 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De acordo com a legislação anterior a 1988, compete ao Ministério da Aeronáutica administrar e locar áreas aeroportuárias para a exploração de serviços. Entretanto, de acordo com a legislação posterior a 1988, compete à ANAC conceder ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 12 do Decreto-Lei n. 270/67

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
<div>Infraestrutura aeroportuária</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, 3º, 5º e 6º do Decreto n. 1.624/39 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXIV da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXV, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De acordo com a legislação anterior a 1988, os arrendamentos de áreas reservadas para instalação de depósitos subterrâneos para o abastecimento de combustível para aeronaves, dependem de termo assinado pelo Departamento de Aeronáutica Civil, órgão do extinto Ministério da Aeronáutica, no qual seriam fixados a área arrendada, o prazo do arrendamento, a taxa de arrendamento aprovada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, e a declaração da integral aceitação das condições estipuladas no decreto-lei. De acordo com a legislação posterior a 1988, cabe à ANAC conceder ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC sobre o tema. Revogação do Decreto n. 1.624/39.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, 3º, 7º do Decreto-Lei n. 205/67; Art. 19 do Decreto-Lei n. 9.888/46 e Art. 99 do CBA <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXXII da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXXIII, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De acordo com a legislação anterior a 1988, compete ao Ministério da Aeronáutica autorizar, fiscalizar e coordenar o funcionamento de aeroclubes, bem como autorizar modificações nos estatutos dessas sociedades e cessar autorização para funcionamento de aeroclubes ou intervir na sua organização ou assumir-lhe sua administração, para normalizar, por medida de ordem administrativa, técnica ou econômica, seu funcionamento. De acordo com a legislação posterior a 1988, compete à ANAC regular, fiscalizar e autorizar os serviços aéreos prestados por aeroclubes, escolas e cursos de aviação civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do CBA de acordo com a Lei 11.182/05; Revogação do Decreto-Lei n. 205/67 e do Decreto-Lei n. 9.888/46

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 303 do CBA Lacuna: 	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n. 5.144/04 	<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: O CBA estabelece que a aeronave pode ser detida por autoridades aeronáuticas, nos seguintes casos: (i) aeronave que voar no espaço aéreo brasileiro com infração das convenções ou atos internacionais, ou das autorizações para tal fim; (ii) aeronave que entrar no espaço aéreo brasileiro, desrespeitar a obrigatoriedade de pouso em aeroporto internacional; (iii) para exame dos certificados e outros documentos indispensáveis; (iv) para verificação de sua carga no caso de restrição legal ou de porte proibido de equipamento; (v) para averiguação de ilícito. No entanto, o Decreto 5.144/04 trata apenas dos casos de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins, cuja atribuição é do Comandante da Aeronáutica. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de novo Decreto para atribuir a competência para detenção de aeronaves nos outros casos.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 313 e 314 do CBA Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: O CBA prevê que a autoridade aeronáutica irá custodiar, guardar aeronaves, durante inquéritos, processos administrativos ou judiciais, sendo ainda responsável pela venda pública da aeronave, quando necessário. Essa competência não foi atribuída à ANAC ou ao Ministério da Defesa em legislação posterior. 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da Lei 11.182/05 ou revisão do CBA para conferir a competência à ANAC.

Temas	Normas gerais promulgadas após 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
<div>Outorga serviços aéreos</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º do Decreto n. 1.786/96; Art. 3º do Decreto n. 97.464/89 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XIV da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, VII, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: Entre o Ministério da Defesa e a ANAC. Cabe ao Ministério da Defesa decidir e praticar os atos de autorização de funcionamento no Brasil de empresa estrangeira de transporte aéreo, inclusive para a alteração de estatutos e a cassação de autorização de funcionamento. Compete à ANAC conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos. Ainda compete à ANAC regular e fiscalizar a operação de serviços aéreos prestados, no País, por empresas estrangeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto n. 1.786/96 e do Art. 3º do Decreto n. 97.464/89.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º do Decreto n. 96.266/88 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XVIII da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: Cabe à ANAC administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro. Contudo, o Decreto em conflito prevê que o Ministro da Aeronáutica baixará os atos necessários para o funcionamento e as atividades do Registro Aeronáutico Brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 2º do Decreto n. 96.266/88.

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
<div>Outorga serviços aéreos</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 186 do CBA Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: O CBA estabelece que a consorciação, associação e constituição de grupos societários que explorem serviços aéreos, fusão ou incorporação depende de prévia autorização do Ministério da Aeronáutica. Não há, na legislação posterior, referência para identificar a quem compete autorizar tal ato. 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da Lei n. 11.182/05 ou revisão do CBA para que a competência seja atribuída à ANAC.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 192 do CBA Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: O CBA estabelece que os acordos entre exploradores de serviços aéreos de transporte regular, que impliquem consórcio, pool, conexão, consolidação ou fusão de serviços ou interesses, dependerão de prévia aprovação da autoridade aeronáutica. A legislação posterior não conferiu à ANAC ou ao Ministério da Defesa tal competência, sendo que à ANAC apenas compete comunicar aos órgãos competentes conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica, ou que comprometa a defesa e a promoção da concorrência. 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da Lei n. 11.182/05 ou revisão do CBA para que a competência seja expressamente atribuída à ANAC.

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
<div>Outorga serviços aéreos</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 4º do Decreto n. 76.590/75 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, VI do Decreto n. 3.564/00 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: As concessões para exploração de linha aéreas regionais regulares serão outorgadas em conformidade com instruções a serem expedidas pelo Ministério da Aeronáutica. A legislação posterior prevê que compete ao CONAC estabelecer as diretrizes para aplicabilidade do instituto da concessão ou permissão na exploração comercial de linhas aéreas. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 4º do Decreto n. 76.590/75.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º, Anexo I, do Decreto 76.590/75 Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: Ao Ministério da Aeronáutica compete instituir os Sistemas Integrados de Transportes Aéreo Regional, constituídos de linhas e serviços aéreos de uma Região, para atender a localidades de médio e baixo potencial de tráfego. Não há, legislação posterior a 1988, a atribuição dessa competência específica aos órgãos atualmente existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> A revogação integral do Decreto 76.590/75 deverá ocorrer caso seja implementado o modelo de rotas de baixa densidade de tráfego que também é objeto deste estudo.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 3º e 7º do Decreto n. 76.590/75 e Art. 1º do Decreto n. 9.793/46 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XIV da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XIV, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito com: A legislação anterior a 1988 estabelece que compete ao Ministério da Aeronáutica outorgar concessões para exploração de linhas aéreas regionais regulares, sendo sua prorrogação concedida a juízo dos Ministério da Aeronáutica. A legislação posterior a 1988 estabelece que compete à ANAC, conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 3º e 7º do Decreto n. 76.590/75 e Art. 1º do Decreto n. 9.793/46.

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
<div>Outorga serviços aéreos</div>	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n. 18/66; Art. 6º e 7º do Decreto n. 60.076/67; Decreto-Lei n. 9.888/46, Art. 19 da Lei n. 7.183/84 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X e XVII da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X e XVII, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A legislação anterior a 1988 estabelece que compete à Diretoria de Aeronáutica Civil (i) aprovar a composição das tripulações e (ii) expedir certificado de navegabilidade da aeronave com a composição da tripulação mínima. De acordo com a legislação posterior a 1988, compete a ANAC homologar e emitir licenças de tripulantes e certificados de habilitação técnica de capacidade física e mental de tripulantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto-Lei n. 18/66 e do Decreto-Lei n. 9.888/46. Revisão do CBA para inclusão das normas da Lei n. 7.183/84, que disciplina a profissão de aeronauta.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 16 da Lei n. 4.200/63 Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: As aeronaves adquiridas total ou parcialmente, sujeitas à hipoteca legal inscrita "ex officio" em favor da União, só poderão ser alienadas, arrendadas, cedidas ou transferidas, mediante autorização prévia do Ministério da Aeronáutica. Não há, na legislação posterior a 1988, a atribuição de referida competência. 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da Lei n. 11.182/05 para que as competências seja expressamente conferida à ANAC.
	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n. 94.711/87 Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: As competências do COTAC, órgão do Ministério da Aeronáutica, tais como desenvolvimento harmônico da indústria do transporte aéreo; apreciação de aspectos técnico-aeronáutico e econômico-financeiro dos pedidos de importação e exportação de aeronaves civis, não foram objeto de legislação posterior. A regulação do tema não foi incluída em legislação posterior a 1988. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto n. 94.711/87. Edição de Decreto Presidencial, com a assessoria do CONAC, para estabelecer as diretrizes da matéria.

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
<div>Outorga serviços aéreos</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º, 5º a 7º, 10, 16 e 20 do Decreto n. 52.347/63, Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: À Diretoria de Aeronáutica Civil, órgão do Ministério da Aeronáutica, compete distribuir subvenção anual, que passou a vigorar a partir de 1963, às empresas de táxi-aéreo. Não há legislação posterior disciplinando o tema. 	<ul style="list-style-type: none"> Caso o modelo de exploração de rotas de baixa densidade de tráfego seja implementado, o Decreto n. 52.347/63 deverá ser integralmente revogado.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º do Decreto n. 52.347/63 e Decreto n. 42.315/57, Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XIV da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XIV, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito com: A legislação anterior a 1988 estabelece que compete ao Ministério da Aeronáutica autorizar o funcionamento das empresas de táxi-aéreo. A legislação posterior a 1988 estabelece que compete à ANAC autorizar a exploração de serviço aéreo. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC sobre o tema. Revogação do Art. 2º do Decreto n. 52.347/63 e Decreto n. 42.315/67.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 4º do Decreto n. 5.628/28 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 5º e 8º, XIV da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XIV, Anexo I, do Decreto 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A legislação anterior a 1988 estabelece que compete ao Estado Maior da Armada e do Exército serem ouvidos previamente à assinatura de contrato de exploração de linha aérea. A legislação posterior a 1988 estabelece que compete à ANAC outorgar a exploração de serviços aéreos, cabendo-lhe exercer o controle sobre as concessões. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 4º do Decreto n. 5.628/28.

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
<div>Tarifas</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, § único, alínea b da Lei n. 6.009/73 e Art. 2º, § único e Art. 13 do Decreto n. 89.121/83, Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXV, Lei n. 11.182/05 e Art. 11, III e Art. 15, I, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De acordo com a legislação anterior a 1988, os preços específicos devem ser estabelecidos pelo órgão ou entidade responsável pela administração do aeroporto. De acordo com a legislação posterior a 1988, à ANAC compete estabelecer regime tarifário, no todo ou em parte, e também de preços específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do Art. 2º, § único, alínea “b”, da Lei n. 6.009/73 para que a competência para estabelecer os preços específicos seja da ANAC. Revogação do Art. 13 do Decreto n. 89.121/83.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 7º do Decreto-Lei n. 270/67 e Art. 2º, § único e Art. 3º do Decreto n. 89.121/83 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXV e Art. 34 da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXVI e Art. 11, III, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A Lei n. 11.182/05 alterou a Lei n. 6.009/73, estabelecendo que as tarifas aeroportuárias passariam a ser aprovadas pela ANAC, a quem incumbe estabelecer o regime tarifário. Contudo, persistem vigentes outras normas prevendo que as tarifas aeroportuárias devem ser aprovadas pelo Ministro da Aeronáutica, o qual fixará os critérios para estabelecimento, quantificação e atualização das tarifas. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 7º do Decreto-Lei n. 270/67 e do Art. 3º do Decreto n. 89.121/83.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, § único da Lei n. 6.009/73 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 10, IV, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De acordo com legislação anterior a 1988, a tarifa aeroportuária e os preços específicos devem ser pagos ao Ministério da Aeronáutica. De acordo com a legislação posterior a 1988, tais valores devem ser pagos à ANAC. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da Lei n. 6.009/73 à luz da Lei n. 11.182/05

Temas	Normas gerais promulgadas após 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Art. 18, II da Lei Complementar 97 e Art. 3º, XIII, Anexo I, do Decreto n. 6.834/09 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X, Art. 11, VIII, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: Entre Comando da Aeronáutica e a ANAC. Compete ao Comando prover a segurança da navegação aérea e à ANAC regular e fiscalizar a segurança da aviação civil, bem como assegurar a implementação dos padrões de segurança operacional e de segurança da aviação civil contra atos ilícitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do Decreto 6.834/09 e do Dec n. 5.731/06 para melhor detalhamento das atividades envolvidas na segurança da navegação e na segurança da aviação civil.
	<ul style="list-style-type: none"> CBA, Art. 70, §4º Lacuna: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXVII, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: O CBA estabelece que a manutenção de aeronaves pertencentes a aeroclubes que não disponham de oficina homologada ou de aeronaves a serviço de entidades da administração indireta pode ser realizada por mecânico licenciado pelo Ministério da Aeronáutica. Não há legislação posterior que discipline a matéria. De acordo com a legislação posterior a 1988, compete à ANAC expedir certificado de homologação de empresa de revisão, reparo ou manutenção de aeronaves, motores, hélices e outros produtos aeronáuticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do CBA ou da Lei 11.182/05 para que a competência para licenciamento de mecânicos seja expressamente conferida à ANAC.

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Art. 6º, item 5, 6 e 7 do Decreto n. 72.753/73 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 3º, Anexo I, do Decreto 6.843/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma anterior a 1988 estabelece as atribuições da Comissão Nacional de Segurança da Aviação Civil, que terá como objetivo administrar os aeroportos, no tocante ao policiamento, opinar sobre assuntos de segurança da aviação civil, promover o intercâmbio internacional de informações, recomendar a ativação de comissões de segurança aeroportuária. A norma posterior a 1988 estabelece que compete ao Comando da Aeronáutica formular a polícia militar aeronáutica, propor a constituição dos efetivos policiais, assim como aparelhar a Força Aérea Brasileira, executar ações relativas à defesa do País, no campo aeroespacial. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pelo Comando da Aeronáutica a sobre o tema. Revogação do Decreto n. 72.753/73.

Temas	Normas gerais promulgadas após 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Art. 23, XXVI, Anexo I, do Decreto n. 6.834/09 Conflito com: CBA, Art. 44, §3º Lacuna: 	<ul style="list-style-type: none"> Art, 8º, X da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: Entre a ANAC e o Comandante da Aeronáutica no tocante à regulação do ruído aeronáutico, tendo em vista que compete ao Comandante aprovar o plano básico de zoneamento de ruído ao passo que compete à ANAC regular o ruído aeronáutico. Lacuna: De acordo com o CBA, compete ao Ministro da Aeronáutica aprovar o plano específico de zoneamento de ruído. Não há, na legislação posterior, competência designada para o plano específico de zoneamento de ruído. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da Lei 11.182/05 e do Decreto n. 6.834/09 para que à ANAC sejam expressamente atribuídas as competências para regular e fiscalizar o ruído aeronáutico, o que deverá incluir a elaboração do plano básico de zoneamento de ruídos. Revisão do CBA ou da Lei n. 11.182/05 para que a competência para elaborar o plano específico de zoneamento de ruído seja atribuída à ANAC.

A Estrutura e atribuição de competências – Relações Internacionais

NÃO EXAUSTIVO

Temas	Normas gerais promulgadas antes de 1988	Normas gerais promulgadas após 1988	Principais pontos	Recomendação
Relações internacionais	<ul style="list-style-type: none">Art. 22, § único e Art. 94 do CBA; Art. 12 do Decreto n. 97.464/89. <p>Lacuna:</p>		<ul style="list-style-type: none">Lacuna: A competência do Ministério da Aeronáutica de publicar a lista dos aeroportos internacionais brasileiros abertos ao tráfego; e relação dos Estados-Membros da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), com indicação das marcas de nacionalidade de aeronaves atribuídas a cada um, não foi revista na legislação posterior a 1988.	<ul style="list-style-type: none">Revisão do Dec n. 5.731/06, para que a competência seja expressamente atribuída à ANAC, que é a autoridade competente para regular e fiscalizar a exploração da infraestrutura aeroportuária e para representar o País junto aos organismos internacionais de aviação civil.

Conteúdo deste documento

- Estrutura e atribuição de competências

- **Direito Material**

- Procedimentos

- Conclusões e recomendações

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Infraestrutura aeroportuária</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art 2º, da Lei n. 5.332/67 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 40, §1º, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De acordo com o CBA, a utilização de áreas aeroportuárias, que não envolvam construção de benfeitorias, destinadas às instalações para abrigo, reparação, abastecimento de aeronaves e outros serviços auxiliares, são outorgadas mediante termo de utilização lavrado e assinado em livro próprio. O CBA não prevê prazo para tais termos. A Lei estabelece que referida utilização depende de celebração de contrato, cujo prazo máximo é de 5 anos, renovável. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do art. 2º da Lei n. 5.332/67 e revisão do art. 40 do CBA para incluir este tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Art 5º e 6º, da Lei n. 5.332/67 Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: A Lei estabelece que aos arrendatários que se dediquem à exploração de serviços ou atividades semelhantes é assegurado o direito de receber áreas iguais às de maior dimensão já concedidas a outra empresa de atividade semelhante, comprovada a necessidade. A Lei também estabelece que as taxas de arrendamento serão fixadas anualmente, tomando por base o metro quadrado, e cobradas mensalmente. Tais previsões não foram tratadas pelo CBA. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do CBA para inclusão deste tema.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Infraestrutura aeroportuária	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n.467/93 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica estabelece a execução de serviços auxiliares de transporte aéreo nos aeroportos brasileiros. Contudo, a competência para regular e fiscalizar os serviços aéreos é da ANAC. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria MA n.467/93 e edição de ato normativo da ANAC dispondo sobre o tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA/MM n. 856/85 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica e da Marinha estabelece a diretriz sobre helipontos em plataformas marítimas. Contudo, de acordo com a Lei e o Decreto, compete à ANAC regular e fiscalizar a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria MA/MM n. 856/85 e edição de ato normativo da ANAC que discipline a instalação de helipontos em plataformas marítimas. Edição de ato normativo do CONAC estabelecendo as diretrizes.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 18/74 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X e XXI da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X e XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica estabelece as instruções para operação de helicópteros e para construção e utilização de helipontos ou heliportos. Contudo, de acordo com a Lei e o Decreto, compete à ANAC regular e fiscalizar a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária e os serviços aéreos. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria MA n. 18/74 e edição de ato normativo da ANAC dispondo sobre o tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n. 7.917/45 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 43 a 46, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O Decreto-Lei estabelece as zonas de proteção, definindo áreas e alturas máximas de edificações próximas aos aeroporto. O CBA regulou de modo geral as zonas de proteção, prevendo que as restrições devem estar especificadas em planos a serem elaborados pela autoridade aeronáutica. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto-Lei n.7.917/45 e revisão do CBA sobre este tema.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Infraestrutura aeroportuária	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n.1.07/04 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 47, III, da Lei n. 11.182/05 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece critérios e orientações para a realização do levantamento dos custos dos serviços de fornecimento de água, esgoto, energia elétrica, ar condicionado, conservação, limpeza, coleta, processamento de resíduos sólidos, telefonia e serviços aos concessionários nas dependências da Infraero. No entanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 1.07/04 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI, e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 11.02-C/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece normas, procedimentos e orientações gerais, aplicáveis ao gerenciamento das atividades relacionadas com o tráfego na área de movimento dos aeroportos. Contudo, cabe à ANAC regular as atividades de administração de aeródromos exercidas pela Infraero, bem como regular e fiscalizar a infraestrutura aeroportuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 11.02-C/09 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Infraestrutura aeroportuária	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI, e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 13.02-B/07 Resolução ANAC n. 113/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece diretrizes básicas relativas à fiscalização dos contratos de concessão e utilização de áreas edificadas ou não edificadas, instalações, equipamentos, facilidades e serviços em aeroportos sob a jurisdição da Infraero. No entanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da norma n. 13.03-C/07 da Infraero de acordo com a resolução n. 113/09 da ANAC, que estabelece critérios e procedimentos para a alocação de áreas aeroportuárias.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI, e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 13.03-C/07 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece diretrizes e procedimentos, quanto à concessão e utilização de áreas edificadas ou não edificadas, instalações, equipamentos, facilidades e serviços em aeroportos sob a jurisdição da Infraero. Entretanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da norma n. 13.03-C/07 da Infraero de acordo com a resolução n. 113/09 da ANAC, que estabelece critérios e procedimentos para a alocação de áreas aeroportuárias.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 11.02-C/09 Resolução ANAC n. 113/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece diretrizes e procedimentos, quanto à concessão e utilização de áreas para exploração publicitária e de propaganda em aeroportos sob jurisdição da Infraero. Contudo, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 11.02-C/09 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Infraestrutura aeroportuária	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 13.07/02 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece os requisitos comerciais básicos relativos ao programa de necessidades para elaboração de projetos e obras para as áreas de utilização comercial nos terminais de passageiros e de logística de carga dos aeroportos sob jurisdição da Infraero. No entanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 13.07/02 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 13.09-A/07 Art. 3º, do Anexo I, Dec n. 6.834/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece diretrizes concernentes a informações meteorológicas sob jurisdição da Infraero. Entretanto, de acordo com a Lei n. 11.182/05 e o Decreto n. 5.731/06, cabe à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. Ademais, de acordo com o Decreto n. 6.834/09, compete ao Comando da Aeronáutica exercer o controle do espaço aéreo. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC e pelo Comando da Aeronáutica a respeito do tema. Revisão da norma n. 13.09-A/07 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC e do Comando da Aeronáutica, caso seja necessário.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Infraestrutura aeroportuária</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXI e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 Conflito com: 	Norma da Infraero NI n. 13.10/09	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece diretrizes e procedimentos quanto à utilização, administração e exploração comercial das áreas destinadas a estacionamentos de veículos em aeroportos sob a jurisdição da Infraero. No entanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 13.10/09 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 47, III, da Lei n. 11.182/05 Conflito com: 	Portaria MD n. 935/09	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Defesa aprova o regulamento de licitações e contratos da Infraero. Entretanto, compete à ANAC regular as atividades de administração executadas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da portaria n. 935/09 do Ministério da Defesa de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Tripulação	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n. 18/66 e Decreto n. 60.076/67 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 7.183/84 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De forma semelhante, as normas em conflito disciplinam a profissão de aeronauta, sendo que a norma posterior contém alterações, a exemplo das definições de tripulação mínima, simples, composta e de revezamento. A legislação posterior ainda introduz novas regras, tais como referentes à jornada de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto-Lei n. 18/66 e do Decreto n. 60.076/67. Revisão do CBA para inclusão das normas da Lei n. 7.183/84, que disciplina a profissão de aeronauta.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Tarifas	<ul style="list-style-type: none"> Art. 10, da Lei n. 6.009/73 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 14, § 4º e 5º, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: De acordo com a Lei n. 6.009/73, estão isentas do pagamento da tarifa de uso da comunicação e do auxílio à navegação aérea em rota: (i) as aeronaves militares e as aeronaves públicas brasileiras da Administração Federal Direta; (ii) as aeronaves em voo de experiência ou de instrução; (iii) as aeronaves em voo de retorno por motivo de ordem técnica ou meteorológica; (iv) as aeronaves militares e públicas estrangeiras, quando em atendimento à reciprocidade de tratamento. O CBA isenta de tal tarifa apenas as aeronaves pertencentes aos aeroclubes. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 10 da Lei n. 6.009/73 e revisão do CBA sobre este tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º e 3º, da Lei n. 6.009/73 e Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 5.07/05 Art. 4º, XXVI, do Anexo I, do Decreto n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A Infraero não é entidade competente para expedir ato normativo relativo às tarifas de armazenagem e capatazia. Compete à ANAC estabelecer o regime tarifário referente à exploração da infra-estrutura aeroportuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da norma n. 5.07/05 da Infraero.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Tarifas</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 6º, da Lei n. 6.009/73 e Art. 16, do Decreto n. 89.121/83 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 299, VIII, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O CBA prevê valor diferente para atraso no pagamento das tarifas aeroportuárias. A Legislação anterior ainda detalha os dias e punições aplicável pelo atraso, o que o CBA não disciplina. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 6º Lei n. 6.009/73 e do Art. 16 do Decreto n. 89.121/83. Revisão do CBA sobre este tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 6.009/73 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 37, § único e 200, do CBA e Art. 2º, do Decreto n. 89.121/83 Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXVI, e 15, I, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O CBA e o Decreto prevêem que as tarifas serão aprovadas pela Autoridade Aeronáutica. A legislação anterior estabelece que as tarifas serão aprovadas pela ANAC. O CBA estabelece que os preços serão aprovados pela Autoridade Aeronáutica. Ademais, a legislação anterior e o Decreto n. 89.121/83 dispõem que os preços serão aprovados pelo órgão ou entidade responsável pela administração do aeroporto. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 2º do Decreto n. 89.121/83 e revisão do CBA sobre este tema e do Art. 2º, § único, alínea “b”, da Lei n. 6.009/73 para que a competência para estabelecer os preços específicos seja da ANAC.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 968/05 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, alínea “a” e 3º, da Lei n. 6.009/73; Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXVI, e 15, I, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A ANAC é a autoridade competente para aprovar tarifas de embarque, de acordo com o art. 2º, alínea “a” e 3º da Lei n. 6.009/73. No entanto, a portaria do Comando da Aeronáutica fixa o índice e os valores de tarifas aeroportuárias domésticas de embarque. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 968/05 do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Tarifas	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º e 3º, da Lei n. 6.009/73 Conflito com 	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 219/01 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A ANAC é a autoridade competente para aprovar tarifas de de armazenagem e de capatazia, de acordo com o art. 2º e 3º da Lei n. 6.009/73. No entanto, o Comando da Aeronáutica editou portaria que aprova critérios e fixa valores para a aplicação e a cobrança das tarifas aeroportuárias de armazenagem e de capatazia. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 219/01 do Comando da Aeronáutica.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 602/00 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, alínea “a” e 3º da Lei n. 6.009/73; Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, XXVI e 15, I, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 e Resolução ANAC n. 08/07 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A ANAC é a autoridade competente para aprovar tarifas de embarque, de acordo com o art. 2º e 3º da Lei n. 6.009/73. No entanto, a portaria do Comando da Aeronáutica estabelece os procedimentos para a aplicação e cobrança das tarifas aeroportuárias de embarque, doméstica e internacional, pelas empresas de transporte aéreo. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria n. 602/00 do Comando da Aeronáutica.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 101/00 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, XXVI e 15, I, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Comando da Aeronáutica fixa o coeficiente do adicional tarifário, disciplina a cobrança, o recolhimento e a aplicação do produto da arrecadação e estabelece as regras de classificação das linhas aéreas suplementadas. Contudo, de acordo com o Decreto, compete à ANAC delimitar critérios, reajuste, revisão e o acompanhamento das tarifas e preços das empresas prestadoras dos serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 101/00 do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Tarifas	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MF n. 305/98 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, XXVI e 15, I, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Fazenda delega ao Ministro da Aeronáutica a competência para fixar o reajuste e a revisão de preços públicos e de tarifas de serviços públicos na área de competência do Ministério da Aeronáutica. Entretanto, de acordo com a legislação posterior, compete à ANAC estabelecer critérios para fixação, reajuste, revisão e acompanhamento das tarifas e preços de infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 305/98 do Ministério da Fazenda.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 861/97 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, alínea “a” e 3º da Lei n. 6.009/73; Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, XXVI e 15, I, Anexo I, do Dec n. 5.731/06 e Resolução ANAC n. 08/07 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica fixa valores das tarifas de embarque internacional da infra-estrutura aeroportuária. Entretanto, de acordo com a legislação posterior, compete à ANAC estabelecer o regime tarifário da exploração da infra-estrutura aeroportuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC sobre o tema. Revogação da portaria n. 861/97 do Ministério da Aeronáutica.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 075/92 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 49 da Lei n. 11.182/05 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica institui a liberação monitorada das tarifas aéreas domésticas. De acordo com o art. 49 da Lei n. 11.182/05, na prestação de serviços aéreos regulares prevalecerá o regime de liberdade tarifária, cabendo às concessionárias ou permissionárias comunicar os valores de tarifas à ANAC, que deverá estabelecer mecanismos de fiscalização e publicidade das tarifas. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria n. 075/92 Ministério da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Tarifas	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 5.07/05 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º e 3º da Lei n. 6.009/73; Art. 8º, XXV, e 47, III, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXVI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero define os procedimentos para tarifação, faturamento e cobrança de valores relativos às tarifas de armazenagem e de capatazia, cargas importadas e a serem exportadas ou em situações especiais e dos serviços prestados nos terminais de logística de carga da Infraero. Entretanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero, bem como estabelecer o regime tarifário da infraestrutura aeroportuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 5.07/05 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.
	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º e 3º, da Lei n. 6.009/73; Art. 7º, § 2º, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06; Portaria ANAC n. 738/08; Resolução ANAC n. 08/07; Portaria CA n. 248/06 e Portaria CA n. 63/03 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 5.09/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero define os procedimentos para cálculo, cobrança, recebimento e controle das tarifas de pouso, de permanência e das tarifas de uso da comunicação e do auxílio à navegação aérea e do auxílio rádio e visual em área terminal de tráfego aéreo. Entretanto, de acordo com a Lei n. 6.009/73, compete à ANAC aprovar as tarifas de pouso e permanência. Ademais, nos termos do Decreto n. 5.731/06, compete ao Comando da Aeronáutica estabelecer o regime das tarifas de uso da comunicação e do auxílio à navegação área em rotas. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da norma n. 5.09/09 da Infraero de acordo com os atos normativos da ANAC e do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Outorga serviços aéreos	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n. 205/67 Conflito: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 97 a 99, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O CBA dispõe sobre a autorização de aeroclubes. No entanto, a legislação anterior contém dispostos específicos sobre a matéria. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto-Lei n. 205/67 e revisão do CBA sobre o tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n. 9.793/46 e Decreto n. 76.590/75 Lacuna: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 180, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: O CBA não chega a tratar detalhadamente das características do contrato de concessão de linhas regulares e regulares regionais de transporte aéreo, tal como disciplinado na legislação anterior. A título exemplificativo, o Decreto-Lei n. 9.793/46 prevê que o prazo do contrato de concessão de linhas aéreas regulares é de cinco anos. O decreto n. 76.590/75 dispõe que o prazo de concessão de linhas aéreas regulares regionais é de 15 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto-Lei n. 9.793/46 e do Decreto n. 76.590/75 e revisão do CBA sobre o tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 676/00 e Portaria CA n. 689/05 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X, do Anexo I, do Decreto n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: As portarias do Comando da Aeronáutica estabelecem condições gerais de transporte. Contudo, de acordo com a Lei e o Decreto, compete à ANAC regular e fiscalizar o transporte aéreo. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação das portarias n. 689/05 e n.676/00 do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Outorga serviços aéreos	<ul style="list-style-type: none"> Art. 10, 246, 247, 257, 260, 262, 269, 277 a 281e 287, do CBA Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 17 a 24, do Decreto n. 5.910/06 (promulga a convenção para a unificação de regras relativas ao transporte aéreo internacional) 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O CBA prevê valores para indenização por danos no transporte aéreo em Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, variáveis de acordo com o caso. A Convenção prevê limites de indenizações em Direitos Especiais de Saque, índice utilizado pelo Fundo Monetário Internacional. Conforme artigo 10 do CBA, não terá eficácia no Brasil, em matéria de transporte aéreo, quaisquer disposições de direito estrangeiro, cláusulas constantes de contrato, bilhete de passagem, conhecimento e outros documentos que estabeleçam limites de responsabilidade inferiores aos estabelecidos no CBA. Ainda que os limites estabelecidos na Convenção, no geral, sejam superiores aos do CBA, por serem estabelecidos mediante índices de conversão, é possível haver conflitos de limites no momento da conversão. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do CBA sobre este tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 125/01 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, VII, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, VII, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A ANAC é a autoridade competente para regular e fiscalizar a operação de serviços aéreos prestados por empresas estrangeiras no Brasil. No entanto, a portaria do Comando da Aeronáutica estabelece procedimentos para funcionamento de empresa aérea estrangeira amparada pelo acordo de Fortaleza. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 125/01 do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Outorga serviços aéreos</div>	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 536/99 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XIII, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, XIII, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma do Comando da Aeronáutica regulamenta os pedidos de autorização para funcionamento jurídico e concessão para exploração dos serviços aéreos públicos. Contudo, compete à ANAC regular e fiscalizar a outorga de serviços aéreos. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 536/99 do Comando da Aeronáutica.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 125/95 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XIII, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, XIII, do Anexo I, do Decreto n. 5731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica estabelece que o arrendamento de aeronave destinada às operações de empresas de serviços aéreos regulares, não-regulares, e de serviços especializados dependerá de prévia autorização do Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil. No entanto, compete à ANAC regular e fiscalizar a outorga de serviços aéreos. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 125/95 do Ministério da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Relações internacionais	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n.92.319/86 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 205 a 214, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O CBA e o Decreto tratam do funcionamento de empresas estrangeiras no Brasil. Há alterações introduzidas pelo CBA, a exemplo de vedação às empresas estrangeiras que não operem no Brasil para implementação de agência, filial, sucursal, representação ou escritório no território nacional, salvo se possuírem autorização para venda de bilhetes de passagem ou de carga, o que é permitido pelo decreto. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Decreto n. 92.319/86 e revisão do CBA sobre este tema.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Acidentes	<ul style="list-style-type: none"> Portaria DAC n. 706/05 Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: A portaria estabelece as diretrizes para a elaboração do plano de assistência às vítimas de acidente aeronáutico e apoio a seus familiares. Contudo, a legislação (editada anteriormente ou posteriormente a 1988) não estabelece a competência para elaborar o plano de assistência às vítimas de acidente aeronáutico e apoio a seus familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de normas sobre o tema pelo Comando da Aeronáutica em conjunto com CENIPA. Revogação da Portaria n. 706/05.
	<ul style="list-style-type: none"> NS/MA 3-5 (não consta data) Lacuna: 		<ul style="list-style-type: none"> Lacuna: A norma do sistema do Ministério da Aeronáutica dispõe sobre a comunicação de acidentes e de incidentes aeronáuticos. Contudo, a legislação (editada anteriormente ou posteriormente a 1988) não dispõe sobre o tema. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de normas sobre o tema pelo Comando da Aeronáutica em conjunto com CENIPA. Revogação da NS/MA 3-5.
	<ul style="list-style-type: none"> NS/MA 3-7 (não consta data) Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º e Art. 3º, do Dec n. 87.249/82 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma do sistema do Ministério da Aeronáutica dispõe sobre a responsabilidades dos operadores de aeronaves em caso de acidente e de incidente aeronáutico. Contudo, compete ao CENIPA controlar e execução das atividades de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de normas sobre o tema pelo Comando da Aeronáutica em conjunto com CENIPA. Revogação da NS/MA 3-7.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 3.06/05 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 19, do Anexo I, do Dec n. 6.834/09 e Art. 7º, § 1º, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06. 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece conceitos, critérios e procedimentos relacionados com a implantação, operação, modificação e o cancelamento de estações da Rede de Radiocomunicação de Aeroporto (RCA) da Infraero, como item integrante da Rede Telemática. No entanto, as telecomunicações aeronáuticas subordinam-se ao Comando da Aeronáutica. Ao DECEA, compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo com as telecomunicações e a tecnologia da informação do Comando da Aeronáutica. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pelo DECEA a respeito do tema. Revisão da norma n. 3.06/05 da Infraero de acordo com o futuro ato da DECEA, caso seja necessário.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 398/99 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, X, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 e Resolução ANAC n. 102/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica aprova a utilização do anexo 14 da convenção de aviação civil internacional, que dispõe sobre volume (i) (aeródromos) e volume (ii) (heliportos) em complemento ou substituição ao que prescreve a portaria do Ministério da Aeronáutica n. 1.141, de 08.12.87, que dispõe sobre zonas de proteção de auxílios à navegação aérea. No entanto, compete à ANAC regular e fiscalizar o ruído aeronáutico. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria n. 398/99 do Ministério da Aeronáutica.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 13/94 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, X e XVII, alínea “d”, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 e Resolução ANAC n. 102/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica estabelece e modifica normas relativas à proteção ambiental e parâmetros de ruído aeronáutico no que concerne à operação de aeronaves no território nacional. Entretanto, a competência para fiscalizar e regular o ruído aeronáutico é da ANAC. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria n. 13/94 do Ministério da Aeronáutica.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 717/99 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, X, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 e Resolução ANAC n. 102/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Comando da Aeronáutica estabelece e modifica normas relativas à proteção ambiental e o nível de ruído aeronáutico no que concerne à operação de aeronaves no território nacional. Entretanto, cabe à ANAC regular e fiscalizar as emissões de poluentes e o ruído aeronáutico. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação da portaria n. 717/99 do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 629/84 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 23, do Anexo I, do Lei n. 6.834/09; Art. 8º, X da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X, Anexo I, do Decreto n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica aprova e efetiva os planos específicos de zoneamento de ruído. Contudo, a competência geral para regular e fiscalizar a zona de ruído é do Comando da Aeronáutica. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da Lei 11.182/05 e do Decreto n. 6.834/09 para que à ANAC sejam expressamente atribuídas as competências para regular e fiscalizar o ruído aeronáutico, o que deverá incluir a elaboração do plano básico de zoneamento de ruídos. Revogação da portaria n. 629/84 do Ministério da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Segurança de voo	<ul style="list-style-type: none">Portaria MA n. 453/91 Conflito com:	<ul style="list-style-type: none">Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06	<ul style="list-style-type: none">Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica reformula o sistema de segurança de voo aviação da civil. Contudo, a ANAC é a autoridade competente para regular e fiscalizar a segurança da aviação civil.	<ul style="list-style-type: none">Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 453/91 do Ministério Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Serviços aéreos</div>	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 495/99 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, XXXII, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, XXXIII, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica aprova instruções para organização e funcionamento dos aeroclubes. Entretanto, a competência para regular, fiscalizar e autorizar os serviços de aéreos prestados por aeroclubes, escolas e cursos de aviação civil compete à ANAC. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 495/99 do Ministério da Aeronáutica.
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 938/00 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05 e Art. 4º, X, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Comando da Aeronáutica dispõe sobre a importação e exportação de componentes aeronáuticos por empresas de transporte aéreo regular, não-regular e de manutenção de aeronaves. Entretanto, a ANAC é a autoridade competente para regular e fiscalizar os serviços aéreos e demais atividades da aviação civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 938/00 do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Gestão de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n.7.02-B/05 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 47, III, da Lei n. 11.182/05 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero disciplina, no âmbito da empresa, mudança de área de atuação e a progressão vertical de empregados, em conformidade com o plano de classificação de cargos e Salários (PCCS). Entretanto, compete à ANAC regular as atividades de administração executadas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 7.02-B/05 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.
	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento de pessoal da Infraero (não consta data) Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 47, III, da Lei n. 11.182/05 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O ato normativo da Infraero estabelece o regulamento de pessoal da Infraero. Entretanto, compete à ANAC regular as atividades de administração executadas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão do regulamento de pessoal da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.

Conteúdo deste documento

- Estrutura e atribuição de competências
- Direito Material
- **Procedimentos**
- Conclusões e recomendações

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Relações internacionais</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 2º, do Decreto n. 92.319/86 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 206 a 211, do CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: O Decreto n. 92.319/86 estabelece que o financiamento de empresas estrangeiras depende de capital mínimo destinado às operações. A norma ainda prevê que todos os documentos sejam apresentados em cópia autenticada em conformidade com a lei nacional da sociedade requerente. Os documentos também deverão ser legalizados no Consulado brasileiro de sede respectiva, com apresentação de cópia previamente arquivada no Registro de Títulos e Documentos. O CBA não estabelece tais requisitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 2º do Decreto n. 92.319/86 e revisão do CBA para inclusão de normas a respeito de financiamento de empresas estrangeiras.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Serviços aéreos	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 569/00 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, X, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 e Resolução ANAC n. 26/08 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Comando da Aeronáutica estabelece novos procedimentos para o sistema de transporte aéreo regular. Contudo, de acordo com a legislação posterior, compete à ANAC regular e fiscalizar os serviços aéreos. A Resolução n. 26/08 da ANAC regulamenta os procedimentos relativos ao transporte aéreo regular internacional para as empresas aéreas brasileiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC sobre os procedimentos do transporte aéreo regular. Revogação da portaria n. 569/00 do Comando da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 419/99 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, X e XI, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, X e XI, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A portaria do Ministério da Aeronáutica aprova e estabelece procedimentos e condições para elaboração dos planos destinados a garantir a segurança das operações com carga aérea. Contudo, a ANAC é a autoridade competente para expedir regras sobre segurança em área aeroportuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revogação da portaria n. 419/99 do Ministério da Aeronáutica.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
Infraestrutura aeroportuária	<ul style="list-style-type: none"> Art. 47, III, da Lei n. 11.182/05 Conflito com: 	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 5.02-A/07 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece procedimentos para faturamento e cobrança de valores relativos a contratos de concessão de uso de área, contratos de telecomunicações aeroportuárias, serviços de navegação aérea, ressarcimento de despesas e serviços eventuais prestados pela Infraero. No entanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 5.02-A/07 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Procedimento licitatório</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 47, III, da Lei n. 11.182/05 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 6.01-D/07 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero regulamenta os procedimentos licitatórios, as dispensas e as inexigibilidades de licitação, no âmbito de todas as dependências da Infraero. No entanto, compete à ANAC regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero. 	<ul style="list-style-type: none"> Edição de ato normativo pela ANAC a respeito do tema. Revisão da norma n. 6.01-D/07 da Infraero de acordo com o futuro ato da ANAC, caso seja necessário.

Temas	Norma anterior	Norma posterior	Principais pontos	Recomendação
<div>Tarifas</div>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 16, do Decreto n. 89.121/83 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Art. 6º, do Anexo I, do Decreto 5.731/06; 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: Conforme a legislação anterior, a aplicação de multa e cobrança de tarifas em atraso poderá ser realizada pela entidade responsável pela administração do aeroporto ou pelo Ministro da Aeronáutica, a quem caberia, inclusive, suspender ou cancelar a concessão ou autorização. Contudo, de acordo com legislação posterior, cabe à ANAC apurar, julgar, aplicar penalidades ou adotar providências administrativas relativas a tarifas e condições gerais de transporte. 	<ul style="list-style-type: none"> Revogação do Art. 16 do Decreto n. 89.121/83
	<ul style="list-style-type: none"> Norma da Infraero NI n. 5.08/07 Resolução ANAC n. 09/07; Art. 2º, alínea “a” e art. 3º da Lei n. 6.009/73; Art. 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05; Art. 4º, XXVI, e Art. 15, I, do Anexo I, do Dec n. 5.731/06 <p>Conflito com:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Resolução ANAC n. 103/09 	<ul style="list-style-type: none"> Conflito: A norma da Infraero estabelece as normas e procedimentos para controle, tarifação e faturamento de tarifa aeroportuária de embarque, devida pela utilização da infraestrutura aeroportuária. No entanto, cabe à ANAC estabelecer o regime tarifário, revisões e reajustes referentes à exploração da infra-estrutura aeroportuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da norma n. 5.08/07 da Infraero de acordo com as resoluções da ANAC, que dispõem sobre o recolhimento da tarifa de embarque e a remuneração decorrente desse recolhimento.

Conteúdo deste documento

- Estrutura e atribuição de competências
- Direito Material
- Procedimentos
- **Conclusões e recomendações**

Problema Identificado

Normativo

Assunto

Recomendação

Competência

- | | |
|----------------------------|--|
| ▪ Decreto n. 52.693/63; | ▪ Plano de integração nacional; |
| ▪ Lei n. 4.200/63; | ▪ Medidas de amparo à indústria de transporte aéreo; |
| ▪ Decreto-Lei n. 9.888/46; | ▪ Organização do Ministério da Aeronáutica; |
| ▪ Decreto-Lei n. 270/67; | ▪ Fundo aeroviário e do conselho aeroviário nacional; |
| ▪ Decreto n. 1.624/39; | ▪ Depósitos subterrâneos para abastecimento de aeronaves nos aeroportos; |
| ▪ Decreto-Lei n. 205/67; | ▪ Organização, funcionamento e extinção de aeroclubes; |
| ▪ Decreto n. 1.786/96; | ▪ Delega competência ao Ministro de Estado da Aeronáutica para despachar pedidos de autorização de empresas de transporte aéreo estrangeiras para continuar a funcionar no Brasil; |
| ▪ Decreto n. 97.464/89; | ▪ Procedimentos para a entrada e sobrevôo no Brasil por aeronaves civis estrangeiras, que não estejam em serviço aéreo internacional regular; |
| ▪ Decreto n. 96.266/88; | ▪ Sistema de registro aeronáutico brasileiro; |
| ▪ Decreto n. 76.590/75; | ▪ Sistemas integrados de transportes aéreo regional; |
| ▪ Decreto n. 9.793/46; | ▪ Concessão de linhas regulares de navegação aérea; |
| ▪ Decreto n. 94.711/87; | ▪ Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil – COTAC; |

- Revogação dos normativos abaixo, tendo em vista que há conflitos de competência em razão da edição da Lei Complementar n. 97/99 e da Lei n. 11.182/05, que estabelecem as competências do Ministério da Defesa e da ANAC, respectivamente. Em alguns casos é importante que as competências sejam expressamente conferidas à ANAC ou aos órgãos do Ministério da Defesa.
- (i) Artigo 1º, 2º, 9º, 10, 17, 18 e 21 do Decreto n. 52.693/63;
- (ii) Artigo 2º, 4º e 14 da Lei n. 4.200/63;
- (iii) Decreto-Lei n. 9.888/46;
- (iv) Artigo 7º e 12 do Decreto-Lei n. 270/67;
- (v) Decreto n. 1.624/39;
- (vi) Decreto-Lei n. 205/67;
- (vii) Decreto n. 1.786/96;
- (viii) Artigo 3º do Decreto n. 97.464/89;
- (ix) Artigo 2º do Decreto n. 96.266/88;
- (x) Decreto n. 76.590/75;
- (xi) Decreto n. 9.793/46; e
- (xii) Decreto-Lei n. 18/66.
- Edição de ato normativo da ANAC que discipline o arrendamento de áreas de depósitos subterrâneos para abastecimento de aeronaves nos aeroportos, tendo em vista a sugestão de revogação do Decreto n. 1.624/39.
- Revogação do Decreto n. 94.711/87 e edição de Decreto Presidencial, com a assessoria do CONAC, para estabelecer as competências do COTAC.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
<div>Competência</div>	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n. 52.347/63; Decreto n. 42.315/67; Decreto n. 5.628/28; Decreto n. 89.121/83; Decreto n. 72.753/73; Decreto n. 6.223/07; Lei n. 5.332/67; Decreto-Lei n. 18/66 Decreto n. 5.144/04; e Decreto n. 5.731/06. 	<ul style="list-style-type: none"> Concessão de subvenção às empresas de táxi aéreo; Contribuição financeira às empresas de táxi aéreo; Exploração de linhas de serviço aéreo e concessão para construção e exploração de aeroportos, aeródromos, campos de pouso e de emergência; Utilização e a exploração dos aeroportos e das facilidades à navegação aérea; Comissão Nacional de Segurança da Aviação Civil; Estrutura e o funcionamento do Conselho de Aviação Civil – CONAC; Arrendamento de áreas aeroportuárias; Profissão de aeronauta; Aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins; e Estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e o seu regulamento. 	<div> <ul style="list-style-type: none"> Revogação dos normativos abaixo, tendo em vista que há conflitos de competência em razão da edição da Lei Complementar n. 97/99 e da Lei n. 11.182/05, que estabelecem as competências do Ministério da Defesa e da ANAC, respectivamente. Em alguns casos é importante que as competências sejam expressamente conferidas à ANAC ou aos órgãos do Ministério da Defesa. <ul style="list-style-type: none"> (i) Artigo 4º do Decreto n. 5.628/28; (ii) Artigo 2º, 3º, 13 e 16 do Decreto n. 89.121/83; (iii) Decreto n. 72.753/73; e (iv) Decreto n. 6.223/07. Revisão do Decreto n. 6.223/07 para melhor detalhamento das atribuições de fiscalização do Ministério da Defesa em relação à ANAC e Infraero. Revisão do Decreto n. 5.144/04 para atribuir ao Comandante da Aeronáutica competência para determinar a detenção de aeronaves nos casos previstos no artigo 303 do CBA, uma vez que o citado decreto apenas regulamenta os casos de detenção de aeronaves envolvidas em tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins. Revisão do Decreto n. 5.731/06, para que a competência de publicar a lista dos aeroportos internacionais brasileiros abertos ao tráfego e a relação dos Estados-Membros da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) expressamente atribuídas à ANAC, que é a autoridade competente para regular e fiscalizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária, bem como para representar o País junto aos organismos internacionais e aviação civil. Revogação do artigo 2º do Decreto n. 52.347/63 e Decreto n. 42.315/67. Edição de ato normativo pela ANAC que discipline os serviços de táxi aéreo. </div>

Problema Identificado

Normativo

Assunto

Recomendação

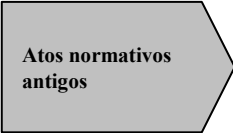

Atos normativos antigos

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Portaria MA n. 18/74; ▪ Norma Infraero n. 5.07/05; ▪ Portaria CA n. 968/05; ▪ Portaria CA n. 219/01; ▪ Portaria CA n. 602/00; ▪ Portaria CA n. 101/00; ▪ Portaria MF n. 305/98; ▪ Portaria MA n. 861/97; ▪ Portaria MA n. 75/92; ▪ Portaria CA n. 689/05; ▪ Portaria CA n. 676/00; ▪ Portaria CA n. 125/01; ▪ Portaria CA n. 536/99; ▪ Portaria MA/MM n. 856/85; | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Operação de helipontos e construção e utilização de helipontos ou heliportos; ▪ Tarifas de armazenagem e capatazia; ▪ Tarifa aeroportuárias domésticas de embarque; ▪ Tarifas de armazenagem e capatazia; ▪ Tarifas aeroportuárias de embarque, doméstica e internacional; ▪ Disciplina o coeficiente do adicional tarifário, a cobrança, o recolhimento e a aplicação do produto da arrecadação e regras de classificação das linhas aéreas suplementadas; ▪ Competência para fixar o reajuste e a revisão de preços públicos, bem como de tarifas de serviços públicos; ▪ Tarifas de embarque internacional; ▪ Tarifas aéreas domésticas; ▪ Condições gerais de transporte; ▪ Condições gerais de transporte; ▪ Funcionamento de empresa estrangeira; ▪ Autorização e concessão para exploração de serviços aéreos públicos; ▪ Helipontos em plataformas marítimas; |
|---|--|

- Revogação dos atos administrativos editados pelo Comando da Aeronáutica, pelo extinto Ministério da Aeronáutica e por demais órgãos cujas normas estejam em desacordo com aquelas previstas na Lei Complementar n. 97/99 e na Lei n. 11.182/05, que estabelecem as competências do Ministério da Defesa e da ANAC, respectivamente. No entanto, é importante que as normas revogadas sejam substituídas por atos normativos editados pelos órgãos do Ministério da Defesa e pela ANAC, de acordo com as respectivas competências. Nesse sentido, sugerimos a revogação dos seguintes atos normativos:

- (i) Portaria MA n. 18/74;
- (ii) Norma Infraero n. 5.07/05;
- (iii) Portaria CA n. 968/05;
- (iv) Portaria CA n. 219/01;
- (v) Portaria CA n. 602/00;
- (vi) Portaria CA n. 101/00;
- (vii) Portaria MF n. 305/98;
- (viii) Portaria MA n. 861/97;
- (ix) Portaria MA n. 75/92;
- (x) Portaria CA n. 689/05;
- (xi) Portaria CA n. 676/00;
- (xii) Portaria CA n. 125/01;
- (xiii) Portaria CA n. 536/99;
- (xiv) Portaria CA n. 536/99; e
- (xv) Portaria MA/MM n. 856/85.

- ANAC deverá editar ato administrativo que discipline a instalação de helipontos em plataformas marítimas, com a posterior revogação da Portaria MA/MM n. 856/85.
- Ainda permanecem vigentes diversas portarias do extinto DAC que não foram revisadas pela ANAC.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 125/95; 	<ul style="list-style-type: none"> Arrendamento de aeronaves; 	 <ul style="list-style-type: none"> Revogação dos atos administrativos editados pelo Comando da Aeronáutica, pelo extinto Ministério da Aeronáutica e por demais órgãos cujas normas estejam em desacordo com aquelas previstas na Lei Complementar n. 97/99 e na Lei n. 11.182/05, que estabelecem as competências do Ministério da Defesa e da ANAC, respectivamente. No entanto, é importante que as normas revogadas sejam substituídas por atos normativos editados pelos órgãos do Ministério da Defesa e pela ANAC, de acordo com as respectivas competências. Nesse sentido, sugerimos a revogação dos seguintes atos normativos:
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 398/99; 	<ul style="list-style-type: none"> Zonas de proteção de auxílios à navegação aérea; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 13/94; 	<ul style="list-style-type: none"> Proteção ambiental e parâmetros de ruído aeronáutico; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 717/99; 	<ul style="list-style-type: none"> Proteção ambiental e nível de ruído aeronáutico; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n.629/84; 	<ul style="list-style-type: none"> Planos específicos de zoneamento de ruído; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 453/91; 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de segurança de vôo; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 495/77; 	<ul style="list-style-type: none"> Organização e funcionamento de aeroclubes; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 938/00; 	<ul style="list-style-type: none"> Importação e exportação de componentes aeronáuticos; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria CA n. 569/00; 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de transporte aéreo regular; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 419/99; e 	<ul style="list-style-type: none"> Segurança das operações com carga aérea; e 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 467/93. 	<ul style="list-style-type: none"> Execução de serviços auxiliares de transporte aéreo. 	<ul style="list-style-type: none"> (i) Portaria MA n. 125/95; (ii) Portaria MA n. 398/99; (iii) Portaria MA n. 13/94; (iv) Portaria CA n. 717/99; (v) Portaria MA n.629/84; (vi) Portaria MA n. 453/91; (vii) Portaria MA n. 495/77; (viii) Portaria CA n. 938/00; (ix) Portaria CA n. 569/00; (x) Portaria MA n. 419/99; e (xi) Portaria MA n. 467/93.

Problema Identificado

Normativo

Assunto

Recomendação

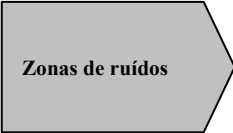

Revisão do CBA

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei n. 11.182/05; ▪ Lei n. 7.183/84; ▪ Decreto n. 92.319/86; ▪ Lei n. 5.332/67; ▪ Decreto-Lei n. 7.917/45; ▪ Decreto n. 205/67; ▪ Decreto-Lei n. 9.793/46; ▪ Decreto n. 5.910/06; ▪ Decreto n. 76.590/75; ▪ Decreto-Lei n. 18/66; e ▪ Decreto n. 60.076/67. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; ▪ Profissão de aeronauta; ▪ Funcionamento de empresas estrangeiras para exploração do transporte aéreo e de serviços acessórios; ▪ Arrendamento de áreas aeroportuárias; ▪ Zona de proteção dos aeroportos; ▪ Organização, funcionamento e extinção de aeroclubes; ▪ Concessão de linhas regulares de navegação aérea; ▪ Convenção para unificação de regras relativas ao transporte aéreo internacional; ▪ Sistemas integrados de transportes aéreo regional; ▪ Profissão de aeronauta; e ▪ Profissão de aeronauta. |
|---|---|



- Revisão do CBA de acordo com a Lei Complementar n. 97/99 e a Lei n. 11.182/05, que estabelecem as competências do Ministério da Defesa e da ANAC, respectivamente. O CBA atribui competências à autoridade aeronáutica, que atualmente pode ser o Ministério da Defesa (e seus órgãos) ou a ANAC.
- Revisão do CBA para inclusão das normas da Lei n. 7.183/84 e do Decreto n. 5.910/06, que disciplina a profissão de aeronauta e promulga a convenção para unificação de certas regras de relativas ao transporte aéreo internacional, respectivamente.
- O CBA compilou diversas leis e atos administrativos anteriores a sua edição. No entanto, as normas anteriores ao CBA não foram expressamente revogadas, o que implica conflito de tais normas com os dispositivos do CBA. Dessa forma, sugerimos a revogação dos seguintes normativos:
 - (i) Artigo 2º da Lei n. 5.332/67;
 - (ii) Decreto-Lei n. 7.917/45;
 - (iii) Decreto-Lei n. 18/66;
 - (iv) Decreto n. 60.076/67;
 - (v) Decreto-Lei n. 205/67;
 - (vi) Decreto n. 92.319/86.
 - (vii) Decreto-Lei n. 9.793/46; e
 - (viii) Decreto n. 76.590/75.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
<div>Revisão das normas da Infraero</div>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norma Infraero n. 5.02-A/05; ▪ Norma Infraero n. 6.01-D/07; ▪ Norma Infraero n. 5.08/07; ▪ Norma Infraero n. 1.07/04; ▪ Norma Infraero n. 11.02-C/09; ▪ Norma Infraero n. 13.02-B/07 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Faturamento e cobrança de valores de contratos; ▪ Procedimento licitatório nas dependências da Infraero; ▪ Tarifa aeroportuária de embarque; ▪ Custos de serviços oferecidos nas dependências da Infraero; ▪ Tráfego na área de movimento dos aeroportos; ▪ Fiscalização dos contratos de concessão e utilização de áreas edificadas ou não edificadas, instalações, equipamentos, facilidades e serviços em aeroportos da Infraero; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De acordo com o artigo 47, III, da Lei n. 11.182/05, as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero passarão a ser reguladas pela ANAC. Nesse sentido, os atos administrativos editados pela Infraero deverão ser revisados de acordo com os atos editados pela ANAC. ▪ Revisão das normas editadas pela Infraero que disciplinam a comunicação em áreas aeroportuárias de acordo com os atos administrativos editados pelo DECEA.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norma Infraero n. 13.03-C/07; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fiscalização dos contratos de concessão e utilização de áreas edificadas ou não edificadas, instalações, equipamentos, facilidades e serviços em aeroportos da Infraero; 	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norma Infraero n. 13.06; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concessão e utilização de áreas para publicidade em aeroportos da Infraero; 	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norma Infraero n. 13.07/02; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto e obras nas áreas de utilização comercial nos aeroportos da Infraero; 	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norma Infraero n. 13.09.A/07; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informações meteorológicas; 	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norma Infraero n. 13.10/09; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas destinadas a estacionamento de veículos em aeroportos da Infraero; 	



Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
<div>Revisão das normas da Infraero</div>	<ul style="list-style-type: none"> Norma Infraero n. 5.07/05; 	<ul style="list-style-type: none"> Tarifação, faturamento e cobrança de tarifas de armazenagem e de capatazia, cargas importadas e exportadas ou em situação especial e de serviços prestados nos terminais de logística de carga da Infraero; 	<div> <ul style="list-style-type: none"> De acordo com o artigo 47, III, da Lei n. 11.182/05, as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Infraero passarão a ser reguladas pela ANAC. Nesse sentido, os atos administrativos editados pela Infraero deverão ser revisados de acordo com os atos editados pela ANAC. Revisão das normas editadas pela Infraero que disciplinam a comunicação em aéreas aeroportuárias de acordo com os atos administrativos editados pelo DECEA. </div>
	<ul style="list-style-type: none"> Norma Infraero n. 5.09/09; 	<ul style="list-style-type: none"> Cálculo, cobrança, recebimento e controle das tarifas de pouso, de permanência e das tarifas de uso da comunicação e do auxílio à navegação aérea e do auxílio rádio e visual em área terminal de tráfego aéreo; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Norma Infraero n. 7.02-B/05; 	<ul style="list-style-type: none"> Empregados da Infraero; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Norma Infraero n. 3.06/05; 	<ul style="list-style-type: none"> Rede de radiocomunicação de aeroporto (RCA); 	
	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento de pessoal da Infraero (não consta nada); e 	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento de pessoal da Infraero; e 	
	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MD n. 935/09. 	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento de licitações e contratos da Infraero. 	



Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n. 6.834/09; Lei n. 11.182/05; Decreto n. 5.731/06; Portaria MA n. 629/84; Portaria MA n. 398/99; Portaria MA n. 13/94; Portaria CA n. 717/99. 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura dos cargos do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa; Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e seu regulamento; Aprova e efetiva os planos específicos de zoneamento de ruído; Zonas de proteção de auxílios à navegação aérea; Proteção ambiental e parâmetros de ruído aeronáutico; Proteção ambiental e nível de ruído aeronáutico. 	 <ul style="list-style-type: none"> Revisão do Decreto n. 6.834/09 para que à ANAC seja expressamente atribuída a competência para elaborar o plano básico de zoneamento de ruídos. Uma vez que a Lei n. 11.182/05 atribuiu competência à ANAC para regular e fiscalizar ruídos, entendemos adequado que a própria ANAC elabore os planos de zoneamento. De outro lado, verificamos que as leis vigentes que disciplinam o ruído aeronáutico não conferem competência ao Comando da Aeronáutica para dispor sobre o tema. Revogação dos atos normativos expedidos pelo Comando da Aeronáutica e pelo Ministério da Aeronáutica.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
<div>Tarifas</div>	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 6.009/73; CBA Decreto n. 89.121/83; Lei n. 11.182/05; Decreto n. 5.731/06; Decreto-Lei n. 270/67; Norma Infraero n. 5.07/05; Portaria CA n. 968/05; Portaria n. 219/01; Portaria CA n. 602/00; Portaria CA n. 101/00; Portaria MF n. 305/98; 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização e a exploração dos aeroportos e das facilidades à navegação aérea; Código Brasileiro de Aeronáutica; Utilização e a exploração dos aeroportos e das facilidades à navegação aérea; Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e seu regulamento; Fundo aeronáutico e do conselho aeroviário nacional; Tarifas de armazenagem e capatazia; Tarifa aeroportuárias domésticas de embarque; Tarifas de armazenagem e capatazia; Tarifas aeroportuárias de embarque, doméstica e internacional; Coefficiente do adicional tarifário, disciplina a cobrança, o recolhimento e a aplicação do produto da arrecadação e regras de classificação das linhas aéreas suplementadas; Competência para fixar o reajuste e a revisão de preços públicos e de tarifas de serviços públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do artigo 2º, parágrafo único, alínea “b”, da Lei n. 6.009/73 e do CBA para que a competência para estabelecer os preços específicos seja expressamente atribuída à ANAC. Dessa forma, sugerimos a revogação do artigo 2º e do artigo 13 do Decreto n. 89.121/83. Revogação do artigos 6º e 10 da Lei n. 6.009/73; artigo 16 do Decreto n.89.121/03 e revisão do CBA. Revogação dos seguintes normativos, tendo em vista que compete à ANAC aprovar as tarifas aeroportuárias e estabelecer o regime tarifário, revisões e reajustes referentes à exploração da infraestrutura aeroportuária, de acordo com o artigo 2º, “a” e artigo 3º da Lei n. 6.009/73; artigo 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05; artigo 4º, XXVI; e artigo 15, I, do Anexo I, do Decreto n. 5.731/06: <ul style="list-style-type: none"> (i) Norma Infraero n. 5.07/05; (ii) Portaria CA n. 968/05; (iii) Portaria n. 219/01; (iv) Portaria CA n. 602/00; (v) Portaria CA n. 101/00; (vi) Portaria MF n. 305/98; e (vii) Artigo 7º do Decreto-Lei n. 270/67.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
 <p>Tarifas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Portaria MA n. 861/97; e Portaria MA n. 75/92. 	<ul style="list-style-type: none"> Tarifas de embarque internacional; e Tarifas aéreas domésticas. 	 <ul style="list-style-type: none"> Revogação da Portaria do Ministério da Aeronáutica n. 861/97, tendo em vista que compete à ANAC aprovar as tarifas aeroportuárias e estabelecer o regime tarifário, revisões e reajustes de tarifas referentes à exploração da infra-estrutura aeroportuária, de acordo com o artigo 2º, “a” e artigo 3º da Lei n. 6.009/73; artigo 8º, XXV, da Lei n. 11.182/05; artigo 4º, XXVI; e artigo 15, I, do Anexo I, do Decreto n. 5.731/06: Revogação da Portaria do Ministério da Aeronáutica n. 75/92, que institui a liberação monitorada das tarifas aéreas domésticas. De acordo com o artigo 49 da Lei n. 11.182/05, na prestação de serviços aéreos prevalecerá o regime de liberdade tarifária, devendo as concessionárias e permissionárias apenas comunicar os valores à ANAC.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
<div>Acidentes</div>	<ul style="list-style-type: none"> Portaria DAC n. 706/05; NS/MA 3-5 (não consta data); e NS/MA 3-7 (não consta data). 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência às vítimas de acidente aeronáutico e apoio a seus familiares; Comunicação de acidentes e incidentes aeronáuticos; e Responsabilidade dos operadores de aeronaves em caso de acidentes e incidentes aeronáuticos. 	<ul style="list-style-type: none"> O Comando da Aeronáutica, assessorado pelo CENIPA, deverá expedir atos administrativos que disciplinem o controle, a prevenção e a investigação de acidentes aeronáuticos. O Decreto 6.834/09 apenas confere ao CENIPA, que é vinculado ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica, a competência para planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos. As normas editadas pelo extinto Ministério da Aeronáutica disciplinam apenas alguns aspectos das atividades relativas aos acidentes aeronáuticos.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
 Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 11.182/05; Decreto n. 5.731/06; Lei Complementar n. 97/99; Decreto n. 6.834/09; e Decreto n. 72.753/73. 	<ul style="list-style-type: none"> Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e seu regulamento; Organização, preparo e emprego das Forças Armadas; Estrutura dos cargos do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa; e Comissão Nacional de Segurança da Aviação Civil. 	 <ul style="list-style-type: none"> Revisão do Decreto 6.834/09 e do Decreto n. 5.731/06 para melhor detalhamento das normas de direito material e procedimentos que disciplinem atividades envolvidas na segurança da navegação aérea e na segurança da aviação civil. Revogação do Decreto n. 72.753/73. Edição de ato normativo pelo Comando da Aeronáutica que discipline a administração dos aeroportos sob sua responsabilidade.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n. 52.693/63; e Decreto n. 76.590/75. 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de integração nacional; e Sistemas Integrados de transportes aéreo regional. 	 <ul style="list-style-type: none"> CONAC poderá sugerir ao Presidente da República a edição de decreto que estabeleça as políticas para integração nacional do setor aeroportuário e dos sistemas de transporte aéreo regional. Caso ocorra a edição do decreto, sugerimos a revogação integral do Decreto n. 52.693/63 e do Decreto n. 76.590/75.

Problema Identificado	Normativo	Assunto	Recomendação
<div>Subvenção</div>	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 4.200/63; e Decreto n. 52.347/63. 	<ul style="list-style-type: none"> Indústria de transporte aéreo; e Concessão de subvenção às empresas de táxi aéreo. 	<ul style="list-style-type: none"> A Lei n. 4.200/63 e Decreto n. 52.347/63 deverão ser integralmente revogados caso o Governo decida implementar o modelo de rotas de baixa densidade apresentado pela Consultoria.